

Paulo César Nodari ■ Cleide Calgaro ■ Luiz Síveres (Orgs.)

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE:

reflexões e pistas para uma educação
cidadã responsável e pacífica



EDUCS



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Cátedra UNESCO de Juventude,
Educação e Sociedade



Universidade
Católica de Brasília

Ética, direitos humanos e meio ambiente:
reflexões e pistas para uma educação
cidadã responsável e pacífica

Paulo César Nodari
Cleide Calgaro
Luiz Síveres
(Org.)



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Cátedra UNESCO de Juventude,
Educação e Sociedade

3

Leituras filosóficas da *Laudato Si'*

*Agemir Bavaresco**

Introdução

Leituras filosóficas da *Laudato Si'*¹ apresentam a estrutura do documento do Papa Francisco, demonstrando sua abordagem interdisciplinar articulando a política, a economia, a ecologia, a teologia e a ética. Em primeiro lugar, os cenários do planeta são caracterizados, analisando os níveis ambientais e o debate teológico-epistemológico emergente. Depois disso, a crise ecológica é diagnosticada, tendo suas raízes e causas na tecnologia e no antropocentrismo. Em seguida, torna-se explícita a proposta de uma ecologia integral, na qual tudo está relacionado e interligado. Finalmente, considerando o contexto de sociedades plurais e os diagnósticos da crise ambiental, o documento sugere uma ética interdisciplinar para resolver os problemas do Planeta.

Cabe salientar que há quatro princípios que atravessam todo o documento, sendo o referencial para compreender o diagnóstico da realidade e a proposta de ação para a agenda internacional-ambiental: o tempo é superior ao espaço, a unidade prevalece sobre o conflito, a realidade é mais importante do que a idéia, e o todo é superior à parte. Estes princípios são as bases filosóficas que compõem o quadro teórico da leitura filosófica da *Laudato Si'*.

Cenários do planeta

A carta encíclica *Laudato Si'* começa fazendo um diagnóstico da situação do planeta que é denominada “nossa casa”. A primeira constatação é a aceleração das mudanças que implica um contraste entre o tempo lento da

* Professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/6597683266934574>

¹ Este capítulo de livro já foi publicado em formato de artigo no periódico em *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 24-38, jan./abr. 2016.

evolução biológica e o tempo intensificado das ações humanas (LS, 18).² Não se trata de recolher informações catastrofistas ou apocalípticas para satisfazer curiosidades, mas para engajar cada um e as sociedades em busca de transformações. Vejamos os níveis dos cenários apresentados:

a) *nível macro – clima e água*: envolve a poluição, mudanças climáticas e os resíduos que se vinculam a uma cultura do descarte, “que afeta tanto os seres humanos excluídos como as coisas que se convertem rapidamente em lixo”. (LS, 22). O clima como bem comum da humanidade é um sistema de equilíbrio complexo. “As mudanças climáticas são um problema global com graves implicações ambientais, sociais, econômicas, distributivas e políticas, constituindo atualmente um dos principais desafios para a humanidade” (LS, 25). A questão da água disponível piora constantemente e cresce a tendência à privatização deste recurso escasso, “tornando-se uma mercadoria sujeita às leis do mercado” (LS, 30), por grandes empresas mundiais, transformando-se uma das principais causas de conflitos;

b) *nível meso – biodiversidade*: os recursos da Terra são depredados, desaparecem milhares de espécies vegetais e animais e ocorre o desequilíbrio dos ecossistemas. O cuidado da biodiversidade implica preservar áreas em variedade de espécies importantes para o ecossistema mundial, como os “pulmões do planeta repletos de biodiversidade, que são a Amazônia e a bacia fluvial do Congo, ou os grandes lençóis freáticos e os glaciares” (LS, 37), “os oceanos que tem a maior parte da vasta variedade dos seres vivos, a vida nos rios, lagos, mares e oceanos que nutre grande parte da população mundial”. (LS, 40);

c) *nível micro – ser humano*: a deterioração da qualidade de vida humana e a degradação social são constatadas no crescimento descontrolado de muitas cidades, que se tornaram pouco saudáveis para viver, devido ao caos urbano. As mudanças globais mostram que o crescimento não significou um verdadeiro progresso integral, uma melhoria na qualidade de vida, mas uma degradação social acompanhada de rupturas culturais. As mediações do mundo digital e da internet “exige um esforço para que esses meios se traduzam num novo desenvolvimento cultural da humanidade”. (LS, 47). As

² As citações da Carta Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco, daqui para frente serão abreviadas por LS e seguidas do número do parágrafo correspondente.

desigualdades planetárias refletem-se no ambiente humano e no ambiente natural. Há uma mútua implicação entre degradação ambiental e degradação humana e social que atinge e exclui sobretudo os pobres da terra. “A desigualdade não afeta apenas os indivíduos, mas países inteiros, e obriga a pensar em uma ética das relações internacionais” (LS, 51), revigorando a “consciência de que somos uma única família humana”, em que não há mais fronteiras e barreiras políticas ou sociais “que permitam isolar-nos, pois não há mais espaço para a globalização da indiferença”. (LS, 52).

Face a estes cenários do planeta, constata-se o imobilismo e a “fraqueza da reação política internacional”: “A submissão da política à tecnologia e à economia demonstra-se na falência das cúpulas mundiais sobre o meio ambiente. Há demasiados interesses particulares e, com muita facilidade, o interesse econômico chega a prevalecer sobre o bem comum e manipular a informação para não ver afetados os seus projetos”. (LS, 54). Há, porém, sobre estes cenários duas posições teórico-práticas que se opõem: De um lado, “alguns defendem a todo o custo o mito do progresso, afirmando que os problemas ecológicos resolver-se-ão simplesmente com novas aplicações técnicas, sem considerações éticas nem mudanças de fundo”. De outro, afirma-se que “o ser humano, com qualquer uma das suas intervenções, só pode ameaçar e comprometer o ecossistema mundial, pelo que convém reduzir a sua presença no planeta e impedir-lhe todo tipo de intervenção”. (LS, 60). Entende o documento papal que se pode identificar possíveis cenários futuros, promovendo o “debate honesto entre os cientistas, respeitando a diversidade de opiniões”. (LS, 61).

Teologia e epistemologias

O documento reconhece, inicialmente, que a teoria da criação é rejeitada em alguns campos da política e da pesquisa científica, pois a consideram irrelevante e irracional para tratar da ecologia integral e do gênero humano; porém, “a ciência e a religião, que fornecem diferentes abordagens da realidade, podem entrar num diálogo intenso e frutuoso para ambas”. (LS, 62):

a) *criação e antropologia*: o documento comenta as narrativas da criação do livro do Gênesis que usa uma linguagem simbólica e critica a

distorção do uso do verbo “dominar” a terra (Gn 1,28), entendido como “exploração selvagem da natureza, apresentando uma imagem do ser humano como dominador e devastador”, porém, “esta não é uma interpretação correta da Bíblia”. Deve-se rejeitar a hermenêutica como “domínio absoluto sobre todas as criaturas” e “ler os textos bíblicos no seu contexto como convite a “cultivar e guardar” o jardim do mundo” (Gn 2,15; LS, 67). Assim, a Bíblia não legitima um “antropocentrismo despótico”, nem a Igreja propõe um “antropocentrismo desordenado” “de forma simplista em que as outras criaturas estão totalmente subordinadas ao bem do ser humano, como se não tivessem um valor em si mesmas e fosse possível dispor delas à nossa vontade”, mas reconhece “nas outras criaturas a “prioridade do ser sobre o ser úteis” (LS, 69);

b) *caos, acaso e evolução*: de um lado, “o mundo procede, não do caos nem do acaso, mas de uma decisão, de uma opção livre, expressa na palavra criadora, não como resultado de uma onipotência arbitrária, de uma demonstração de força ou de um desejo de autoafirmação, mas de um ato de amor”. (LS, 77). De outro, “o pensamento judaico-cristão desmitificou a natureza, sem deixar de admirá-la pelo seu esplendor e imensidão, já não lhe atribui um caráter divino” (LS, 78), porém, disso decorre ainda mais a responsabilidade de proteger a natureza, acabando com o “mito moderno do progresso material ilimitado”. (LS, 78).

O documento reconhece que há uma teleologia imanente “inscrita nas coisas, pela qual as próprias coisas se movem para um fim determinado” (LS, 80), o que supõe “também processos evolutivos”, porém, o ser humano “implica uma novidade que não se explica cabalmente pela evolução de outros sistemas abertos”. (LS, 81). Mesmo assim, formamos uma unidade com todos os seres do universo, uma comunhão universal que “significa igualar todos os seres vivos e tirar do ser humano aquele seu valor peculiar que, simultaneamente, implica uma tremenda responsabilidade”. (LS, 90).

Diagnósticos da crise ecológica: tecnologia e antropocentrismo

O diagnóstico identifica dois problemas como sendo “a raiz humana da crise ecológica”: o paradigma tecnocrático e o antropocentrismo desordenado:

a) *paradigma tecnocrático*: a tecnologia é um misto de criatividade e poder, “um produto estupendo da criatividade humana”, sendo “a transformação da natureza para fins úteis uma característica do gênero humano e a técnica exprime uma gradual superação de certos condicionamentos materiais. A tecnologia deu remédio a inúmeros males, que afligiam e limitavam o ser humano. Não podemos deixar de apreciar e agradecer os progressos alcançados especialmente na medicina, engenharia e comunicações”. (LS, 102).

Porém, a “globalização do paradigma tecnocrático” usado de forma homogênea e unidimensional segundo uma lógica em que o sujeito se apropria do objeto pelo método científico, torna a natureza algo meramente manipulável, a partir da ideia de um “crescimento infinito ou ilimitado, supondo a mentira da disponibilidade infinito dos bens do planeta, do pressuposto de que existe uma quantidade ilimitada de energia e de recursos a serem utilizados”. (LS, 106). Os produtos da técnica, afirma o documento, “não são neutros, porque criam uma trama que acaba por condicionar os estilos de vida e orientam as possibilidades sociais na linha dos interesses de determinados grupos de poder”. (LS, 107). “Além disso, o paradigma tecnocrático tende a exercer o seu domínio também sobre a economia e a política”. (LS, 109). De um lado, “a ciência e a tecnologia não são neutras, mas podem desde o início até o fim de um processo, envolver diferentes intenções e possibilidades que se podem configurar de várias maneiras”; de outro, “ninguém quer o regresso à Idade da Pedra, mas é indispensável abrandar a marcha para olhar a realidade de outra forma, recolher os avanços positivos e sustentáveis e ao mesmo tempo recuperar os valores e os grandes objetivos arrasados por um desenfreamento megalômano”. (LS, 114);

b) *antropocentrismo desordenado*: constata-se uma crise do antropocentrismo moderno colocando a “razão técnica acima da realidade” e promovendo um “sonho prometeico de domínio sobre o mundo”. (LS, 116).

De um lado, “não há ecologia sem uma adequada antropologia”, porque “quando a pessoa humana é considerada apenas mais um ser entre outros, que provém de jogos do acaso ou de um determinismo físico, corre-se o risco de atenuar-se, nas consciências, a noção da responsabilidade”. De outro, “um antropocentrismo desordenado não deve necessariamente ser substituído por um ‘biocentrismo’, porque isto implicaria introduzir um novo desequilíbrio”. (LS, 118).

O antropocentrismo desordenado conduz ao relativismo prático, que o documento o compreende assim: “Quando o ser humano se coloca no centro, acaba por dar prioridade absoluta aos seus interesses contingentes, e tudo o mais se torna relativo que, juntamente com a onipresença do paradigma tecnocrático e a adoração do poder humano sem limites, se desenvolva nos indivíduos este relativismo no qual tudo o que não serve aos próprios interesses imediatos se torna irrelevante, o que provoca ao mesmo tempo a degradação ambiental e a degradação social”. (LS, 122).

A cultura do relativismo tem a mesma lógica relativista que trata o outro como mero objeto, daqueles que dizem “deixemos que as forças invisíveis do mercado regulem a economia, porque os seus efeitos sobre a sociedade e a natureza são danos inevitáveis”. Trata-se da lógica que afirma “que não há verdades objetivas nem princípios estáveis”, mas apenas a satisfação das aspirações próprias e das necessidades imediatas, ou seja, “é a mesma lógica do ‘usa e joga fora’ que produz tantos resíduos, só pelo desejo desordenado de consumir mais do que realmente se tem necessidade”. (LS, 123).

O antropocentrismo desordenado manifesta-se, também, na inovação biológica, a partir da pesquisa da intervenção humana sobre o “mundo vegetal e animal que implique hoje mutações genéticas geradas pela biotecnologia, a fim de aproveitar as possibilidades presentes na realidade material”. (LS, 132), porém, “é difícil emitir um juízo geral sobre o desenvolvimento de organismos modificados geneticamente (OMGs), vegetais ou animais, para fins medicinais ou agropecuários, porque podem ser muito diferentes entre si e requerer distintas considerações”. (LS, 133).

Enfim, o documento aponta a contradição de alguns movimentos ecológicos que defendem a integridade do meio ambiente, e “com razão,

reclamam a imposição de determinados limites à pesquisa científica, mas não aplicam estes mesmos princípios à vida humana”. Porém, “muitas vezes justifica-se que se ultrapassem todos os limites, quando se faz experiências com embriões humanos vivos”, esquecendo-se de que há “o valor inalienável do ser humano, independentemente do seu grau de desenvolvimento”. Por isso, “quando a técnica ignora os grandes princípios éticos, acaba por considerar legítima qualquer prática”, ou seja, “a técnica separada da ética dificilmente será capaz de autolimitar o seu poder”. (LS, 136).

Ecologia integral: tudo relacionado, tudo interligado

A ecologia estuda as relações entre os organismos vivos e o meio ambiente. O conceito de ecologia é qualificado de *integral*, isto é, “tudo está intimamente relacionado”. Por isso, os problemas também requerem que se leve em conta todos os aspectos da crise mundial (LS, 137). A ecologia integral engloba a dimensão ambiental, econômica, social e cultural, pois “tudo está interligado”, portanto, “é fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais”. (LS, 139). Pode-se afirmar que a ecologia integral se fundamenta em alguns princípios tais como:

a) *o todo é superior à parte*: o meio ambiente implica a relação entre a natureza, seus ecossistemas e a sociedade. Há uma interação entre os ecossistemas e os diferentes mundos sociais, o que “demonstra mais uma vez que *o todo é superior à parte*” (LS, 141), pois “tudo está relacionado, então o estado de saúde das instituições tem consequências no ambiente e na qualidade de vida humana: *Toda a lesão da solidariedade e da amizade cívica provoca danos ambientais*”. (LS, 142);

Junto com o patrimônio natural, há o patrimônio histórico, artístico e cultural, ou seja, trata-se de uma ecologia cultural que “faz parte da identidade comum de um lugar, servindo de base para construir uma cidade habitável”, assumindo “a perspectiva dos direitos dos povos e das culturas, dos atores sociais e locais a partir de sua própria cultura”. (LS, 144).

b) *princípio da ecologia cotidiana*: a ecologia integral parte do mais imediato, isto é, “da qualidade da vida humana, o espaço onde as pessoas

transcorrem a sua existência”, pois “os ambientes onde vivemos influem sobre a nossa maneira de ver a vida, sentir e agir”: Em “nosso quarto, na nossa casa, no nosso lugar de trabalho e no nosso bairro, usamos o ambiente para exprimir a nossa identidade”. O princípio da ecologia cotidiana organiza o ambiente “e quando este aparece desordenado, caótico ou cheio de poluição visual e acústica, o excesso de estímulos põe à prova as nossas tentativas de desenvolver uma identidade integrada e feliz”. (LS, 147). A capacidade criativa e a “generosidade de pessoas e grupos” superam as limitações do ambiente, “modificando os efeitos adversos dos condicionamentos e aprendendo a orientar a sua existência no meio da desordem e precariedade”. (LS, 148). As contradições da vida cotidiana, sobretudo urbana, em que os ambientes favorecem a integração e também o “aparecimento de comportamentos desumanos e a manipulação das pessoas por organizações criminosas”, mesmos assim os habitantes “são capazes de tecer laços de convivência e de enraizamento”, isto é, o “sentimento de *estar em casa*, dentro da cidade que nos envolve e une”. (LS, 149; 151);

c) *princípio do bem comum*: a ecologia integral é inseparável do princípio do bem comum, pois ele é central para a ética social. O bem comum é “o conjunto das condições da vida social que permite, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente, o desenvolvimento integral” (LS, 156), aplicando o princípio de subsidiariedade, envolvendo “toda a sociedade – e, nela, especialmente o Estado – tem obrigação de defender e promover o bem comum”. (LS, 157);

d) *princípio intergeracional*: o conceito de bem comum engloba igualmente as gerações futuras, o “destino comum do qual não podem ser excluídos aqueles que virão depois de nós”, isto é, o desenvolvimento sustentável vincula a solidariedade intergeracional. “Quando pensamos na situação em que se deixa o planeta às gerações futuras, entramos noutra lógica: a do dom gratuito, que recebemos e comunicamos”. Isto implica superar um critério apenas utilitarista de eficiência e produtividade, ou seja, “o ambiente situa-se na lógica da recepção. É um empréstimo que cada geração recebe e deve transmitir à geração seguinte”. (LS, 159).

Os quatro princípios que compõem a ecologia integral parte, primeiramente, da ideia do todo da natureza que articula as partes do meio

ambiente, ecossistemas e povos; depois, evoca-se o princípio do cotidiano da ecologia humana no viver imediato do dia a dia, sentir e agir das organizações familiares, comunitárias e sociedades; em seguida, enuncia-se o princípio do bem comum com as atribuições das mediações que sabe articular a capacidade de autonomia do princípio subsidiário com a gestão do Estado; enfim, o princípio intergeracional enuncia a contradição entre a lógica da gratuidade e a lógica utilitarista, que encontra a superação no conceito de desenvolvimento sustentável e solidário entre as presentes e futuras gerações. Subjaz a estes quatro princípios, um desafio ético para as relações internacionais, a política, a economia, as religiões, as ciências e os movimentos ecológicos.

Ética interdisciplinar

O documento enuncia linhas de ação face aos cenários de degradação ambiental e humana e o diagnóstico dos problemas e as causas da destruição do planeta. As orientações éticas são interdisciplinares, pois englobam desde as relações internacionais e nacionais, passando pela política e economia até o diálogo entre religiões e ciências: “Precisamos de uma política que pense com visão ampla e leve em frente uma reformulação integral, abrangendo em um *diálogo interdisciplinar* os vários aspectos da crise”. (LS, 197):

a) *relações internacionais de interdependência*: as teorias das relações internacionais opõem-se, a grosso modo, em dois polos: realismo e liberalismo com suas variações internas. Sem desconhecer o peso destas teorias, o documento constata a interdependência entre os Estados, pois os problemas e as soluções precisam de uma perspectiva global: “A interdependência obriga-nos a pensar em um único mundo, em um projeto comum”. Os movimentos ecológicos e as muitas organizações da sociedade civil têm um longo caminho e um histórico de contribuições na agenda pública internacional, a fim de estabelecer ações a longo prazo em relação ao planeta. Porém, as cúpulas mundiais sobre o meio ambiente não corresponderam às expectativas dos movimentos ecológicos e das organizações da sociedade, “porque não alcançaram acordos ambientais globais realmente eficazes”. (LS, 166);

b) *políticas nacionais e locais: o tempo é superior ao espaço*: os governos vivem uma contradição: de um lado, a pressão por resultados imediatos exigidos pelo crescimento a curto prazo e o desejo consumista das populações; e, de outro, os desafios de introduzir uma agenda ambiental com visão ampla, a partir do princípio de que “o tempo é superior ao espaço”. Ou seja, somos mais fecundos quando geramos processos ao invés de dominar espaços de poder, pois “a grandeza política mostra-se quando, em momentos difíceis, se trabalha com base em grandes princípios e pensando no bem comum a longo prazo”. (LS, 178). Por isso, os cidadãos e os governos precisam garantir a continuidade na implementação de políticas ambientais, porque os resultados requerem muito tempo e implica assumir responsabilidades que “não correspondem à lógica eficientista e imediatista atual da economia e da política”. (LS, 181);

No que diz respeito aos processos de tomada de decisões sobre o impacto ambiental dos empreendimentos e projetos de desenvolvimento, requer-se transparência em que a “rentabilidade não pode ser o único critério a ter em conta”. Porém, “isto não implica opor-se a toda e qualquer inovação tecnológica que permita melhorar a qualidade de vida de uma população”. (LS, 187). O documento reconhece que há problemas sobre o meio ambiente, em que é difícil chegar a um consenso. Por isso, “a Igreja não pretende definir as questões científicas nem substituir-se à política, mas convida a um debate honesto e transparente, para que as necessidades particulares ou as ideologias não lesem o bem comum”. (LS, 187).

c) *política e economia: a unidade é superior ao conflito*: o documento posiciona-se em relação a estas duas disciplinas, afirmando que “a política não deve submeter-se à economia, e esta não deve submeter-se aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia”. (LS, 189);

A partir desta afirmação, descrevem-se as contradições e critica-se a economia de mercado, no que diz respeito ao meio ambiente. A proteção ambiental não se assegura apenas com base no “cálculo financeiro de custos e benefícios”; além disso, “o ambiente é um dos bens que os mecanismos de mercado não estão aptos a defender ou a promover adequadamente”. Cabe “evitar uma concepção mágica do mercado, que tende a pensar que os problemas se resolvem apenas com o crescimento dos lucros das empresas

ou dos indivíduos”. O documento pergunta: “Será realista esperar que quem está obcecado com a maximização dos lucros se detenha a considerar os efeitos ambientais que deixará às próximas gerações?” Constatase que, “dentro do esquema do ganho não há lugar para pensar nos ritmos da natureza, nos seus tempos de degradação e regeneração, e na complexidade dos ecossistemas que podem ser gravemente alterados pela intervenção humana”. Conclui-se que “quando se fala de biodiversidade, no máximo pensa-se nela como um reservatório de recursos econômicos que poderia ser explorado, mas não se considera seriamente o valor real das coisas”. (LS, 190). Face a estas críticas, imediatamente a reação é que se “pretende parar, irracionalmente o progresso e o desenvolvimento humano”. Porém, “trata-se de abrir caminho a oportunidades diferentes, que não implicam frenar a criatividade humana nem o seu sonho de progresso, mas orientar esta energia por novos canais” (LS, 191) e novos conceitos de sustentabilidade, tais como:

(1) desenvolvimento sustentável: a condição para que apareçam novos modelos de progresso, é “converter o modelo de desenvolvimento global”, isto é, “redefinir o progresso”, pois “um desenvolvimento tecnológico e econômico, que não deixa um mundo melhor e uma qualidade de vida integralmente superior, não se pode considerar progresso”. (LS, 194); (2) crescimento sustentável: muitas vezes o discurso do crescimento sustentável é usado para justificar e “absorver valores do discurso ecologista, dentro da lógica da finança e da tecnocracia”. (LS, 194); (3) responsabilidade social e ambiental das empresas não pode se reduzir a “uma série de ações de publicidade e imagem”. (LS, 194).

Enfim, o “princípio da maximização do lucro, que tende a isolar-se de todas as outras considerações, é uma distorção conceitual da economia: desde que aumente a produção pouco interessa que isso se consiga à custa dos recursos futuros ou da saúde do meio ambiente”. (LS, 195).

O papel da política orienta-se pelo princípio da subsidiariedade, “que dá liberdade para o desenvolvimento das capacidades presentes a todos os níveis, mas simultaneamente exige mais responsabilidade pelo bem comum a quem tem mais poder”. Constatase que alguns setores econômicos têm mais poder do que os próprios Estados. Por isso, “não se pode justificar uma

economia sem política, porque seria incapaz de promover outra lógica para governar os vários aspectos da crise atual” (LS, 196), em que é necessária uma “visão ampla e um diálogo interdisciplinar” para superar a crise.

Tanto a política como a economia têm responsabilidades pela degradação ambiental, pois “uns se preocupam apenas com o ganho econômico e os outros estão obcecados apenas por conservar ou aumentar o poder”. O resultado disso são as “guerras ou acordos espúrios, onde o que menos interessa às duas partes é preservar o meio ambiente e cuidar dos mais fracos”. Conclui-se que o princípio da “unidade é superior ao conflito” (LS, 198), que a unidade entre a política e a economia é mais vantajosa para todos do que o conflito reducionista de apenas buscar o ganho econômico ou de apenas conservar e aumentar o poder político.

d) *religiões, ciências e movimentos ecológicos: a realidade é superior à ideia*: o documento critica, de um lado, a pretensão reducionista das ciências empíricas, pois elas não “explicam completamente a vida, a essência íntima de todas as criaturas e o conjunto da realidade”, porque “isto seria ultrapassar indevidamente os seus confins metodológicos limitados” (LS, 199). De outro, lembra que “os textos religiosos clássicos podem oferecer um significado para todas as épocas”, questionando: “Será razoável e inteligente relegá-los para a obscuridade, só porque nasceram no contexto de uma crença religiosa?” (LS, 199).

A respeito dos princípios éticos reconhece o documento que eles não podem ser reduzidos ao “modo puramente abstrato, desligados de todo o contexto”. O “fato de aparecerem com uma linguagem religiosa não lhes tira valor algum no debate público”, antes, os princípios éticos podem ser traduzidos na esfera pública e explicitados em muitas linguagens “incluindo a religiosa”. (LS, 199).

Conclui-se que são necessários quatro níveis de diálogo: 1) diálogo inter-religioso, pois “a maior parte dos habitantes do planeta declara-se crente, e isto deveria levar as religiões a estabelecerem diálogo entre si, visando ao cuidado da natureza”; 2) diálogo entre as próprias ciências, “porque cada uma costuma fechar-se nos limites da sua própria linguagem, e a especialização tende a converter-se em isolamentos e absolutização do próprio saber”; 3) diálogo “aberto e respeitador dos diferentes movimentos

ecológicos”, pois “entre os quais não faltam as lutas ideológicas”; 4) diálogo em vista do bem comum, a fim de enfrentar a “gravidade da crise ecológica, lembrando sempre que a realidade é superior à ideia”. (LS, 201).

Conclusão

Como conclusão deste trabalho, apresentamos os quatro princípios que atravessam e estruturam a *Laudato Si'*: teleológico e metodológico, epistemológico e sistemático. Estes princípios já foram explicitados na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*,³ e na Carta Encíclica são retomados para fundamentar e compreender a natureza e os problemas ambientais do planeta, como foram enunciados ao longo do trabalho:

1º) primazia do tempo/plenitude em relação ao espaço/limitado: o primeiro princípio da realidade coloca a tensão entre dois polos: a plenitude e o limite. A plenitude liga-se ao tempo, enquanto o limite relaciona-se ao espaço. A vontade quer apropriar-se de todo o tempo, porém, o espaço é limitado. A tensão que todo o cidadão vive é entre a vontade de plenitude infinita e o espaço limitado e finito das circunstâncias existenciais. Porém, há a “utopia que nos abre ao futuro como causa final que atrai”. Ora, é esta teleologia que aponta para frente, que afirma a primazia do tempo sobre o espaço. (EG, 222);⁴

2º) primazia da unidade/diferença em relação ao conflito/fragmentação: o segundo princípio trata da polaridade entre unidade e conflito, reconhecendo que o conflito é inerente às relações humanas, ou seja, a contradição é constitutiva dos processos sociopolíticos. Porém, o conflito não é o fim dos processos, mas é “a unidade profunda da realidade”, que dá sentido às ações. Fixar-se apenas no conflito leva a perder a perspectiva da história, reduzindo a realidade a um mosaico fragmentado. (EG, 226);

3º) primazia da realidade/objetividade em relação à ideia/formalismo: aqui, temos também uma tensão bipolar entre realidade

³ As citações da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* de Francisco, daqui para frente serão abreviadas por EG e seguidas do número do parágrafo correspondente.

⁴ Esta parte conclusiva é a reprodução de parte do artigo de Agemir Bavaresco e Raphael C. Pinto. Sociedades plurais, religião e princípios bipolares. *Sol Nascente*, v. 7, p. 10-26, 2014.

e ideia, objetividade e nominalismo formal. Francisco acentua vários problemas decorrentes de fixar-se apenas na ideia, levando a “ocultar a realidade”, vivendo no “reino só da palavra, da imagem, do sofisma”: “Purismos angélicos, os totalitarismos do relativo, os nominalismos declaracionistas, os projetos mais formais que reais, os fundamentalismos anti-históricos, os eticismos sem bondade, os intelectualismos sem sabedoria”. (EG, 231). É importante notar que, para cada problema proveniente de uma visão epistemológica dualista da realidade, há uma qualificação crítica que explicita a separação entre os polos da relação.

Então, a proposta de Francisco é dar primazia à realidade em relação à ideia, embora sejam dois polos do mesmo fato de conhecimento. Trata-se de reconhecer a ideia já dada na realidade. Francisco serve-se de um argumento teológico, para afirmar que o critério da realidade se legitima no fato da encarnação de Deus. Por um lado, reconhecer que a Palavra de Deus já está presente na História e, de outro, a Palavra sempre precisa encarnar-se de novo, constitui-se na dinâmica que mantém os dois polos em tensão: ideia e realidade. Embora, sob o ponto de vista epistemológico, o ponto de partida seja a realidade, evitando “permanecer na pura ideia e degenerar em intimismos e gnosticismos que não dão fruto”. (EA, 233).

Depois de enunciar o princípio teleológico que mantém a tensão entre tempo e espaço, do princípio metodológico da unidade e do conflito, do princípio epistemológico da realidade e da ideia, agora, conclui-se com o princípio sistemático da relação entre o todo e as partes;

4º) primazia do todo em relação à parte: neste último princípio bipolar, a tensão dá-se entre o global e o local. Da mesma forma que nos anteriores, inicialmente, apontam-se os problemas decorrentes de fixar-se apenas num dos lados dos extremos: cabe “prestar atenção à dimensão global para não cair numa mesquinha cotidianidade” e ao mesmo tempo, não perder de vista o local, ou seja, “caminhar com os pés na terra”. (EG, 234). De um lado, os cidadãos não devem viver num “universalismo abstrato e globalizante”, de outro, eles não podem transformar-se num “museu folclórico de eremitas localistas, condenados a repetir sempre as mesmas coisas”. (EG, 234). Então, os cidadãos têm uma visão holística do seu mundo,

sabendo integrar o todo e as partes numa visão de unidade global e autonomia local.

Para Francisco, o modelo de representação da primazia do todo em relação à parte não é a esfera, pois esta é uma representação uniforme, em que “cada ponto é equidistante do centro, não havendo diferenças entre um ponto e o outro”. (EG, 236). Melhor é o modelo do poliedro, “que reflete a confluência de todas as partes que nele mantêm a sua originalidade”, isto é, a ação em todos os níveis reúne no poliedro o melhor de cada cidadão, incorporando projetos, potencialidades, culturas, incluindo a face peculiar da parte no todo. (EG, 236).

O fim é o todo: a conclusão deste princípio afirma que “o todo é superior à parte” (EG, 237). O primeiro princípio enunciava a finalidade imanente a toda a realidade que é atingir, pacientemente, o tempo da plenitude, na impaciência do espaço limitado da história de cada época. Este princípio vincula-se, agora, ao quarto princípio que tem como horizonte alcançar a totalidade. Trata-se de um todo que incorpora todos os cidadãos e todas as dimensões da natureza e da humanidade. Cabe concluir que há uma complementaridade inclusiva entre os quatro princípios: teleológico e metodológico, epistemológico e sistemático. Portanto, (1) o princípio *teleológico* mantém a tensão entre tempo e espaço, isto é, as políticas nacionais e locais, os governos e os cidadãos devem garantir a continuidade e a implementação de políticas ambientais, pois os resultados requerem tempo e responsabilidades que nem sempre correspondem à lógica da economia de mercado; (2) o princípio *metodológico* da unidade e do conflito mostra que o processo de construção da unidade entre a política e a economia é melhor para o desenvolvimento sustentável do que o conflito de apenas buscar o ganho econômico ou de apenas conservar e aumentar o Poder Político; (3) o princípio *epistemológico* da realidade e da ideia convida ao diálogo entre os diferentes atores sociais, políticos e econômicos, superando ideologias em vista do bem comum, sabendo que a realidade é superior à ideia; (4) o princípio *sistemático* da relação entre o todo e as partes propõe uma ecologia integral em que o meio ambiente implica a relação entre a natureza, seus ecossistemas e a sociedade, numa interação entre os ecossistemas e os diferentes mundos sociais, pois tudo está relacionado e interligado.

Referências

FRANCISCO. *A alegria do Evangelho*. Paulinas: São Paulo, 2013.

FRANCISCO. *Laudato Si'*. Carta Encíclica sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

WOLHFART, João. *Hegel e Laudato Si': a relação absoluta*. 2015. No prelo.